ESTADO, IDEOLOGIA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: algumas considerações dessa trilogia na sociedade capitalista

SULY ROSE PEREIRA PINHEIRO[1]
ALBERICO FRANCISCO DO NASCIMENTO[2]

RESUMO

O presente texto apresenta reflexões e discussões sobre a relação Estado, ideologia e políticas educacionais, a partir da abordagem do papel que cada elemento dessa trilogia exerce na produção da vida material na sociedade. Com esse pressuposto esta investigação incialmente analisa o Estado capitalista a partir das suas múltiplas determinações e da sua relação orgânica com o capital, considerando que sua natureza é econômica e política. Em seguida, abordam-se concepções de ideologias e por fim, relaciona-se esse arcabouço teórico com a função da educação na sociedade capitalista. O procedimento de investigação se deu por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A análise evidenciou o lugar que a ideologia toma na produção da vida material na sociedade capitalista e como as políticas educacionais se materializam no currículo no sentido de arrefecer os conflitos decorrentes da contradição entre capital e trabalho. Mostrou também que a escola é um espaço de contradições, pois na mediada em que dá acesso ao saber hegemônico, possibilita espaços de convivências e reflexões entre professores/as e alunos/as para a construção da hegemonia da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Estado. Ideologia. Políticas Educacionais.

STATE, IDEOLOGY AND EDUCATIONAL POLICIES: some considerations of this trilogy in capitalist society

ABSTRACT

This text presents reflections and discussions on the relation between State, ideology and educational policies, from the perspective of the role that each element of this trilogy plays in the production of material life in society. With this assumption, this investigation initially analyzes the capitalist State from its multiple determinations and its organic relationship with capital, considering that its nature is economic and political. Then, some conceptions of ideologies are discussed and finally, this theoretical framework is related to the role of education in capitalist society. The methodological forwarding was made through bibliographic and documental research. The analysis showed the place that ideology takes in the production of material life in capitalist society and how educational policies are materialized in the curriculum in order to cool down the conflicts arising from the contradiction between capital and labor. It also showed that the school is a space of contradictions, as it provides access to hegemonic knowledge, enabling spaces for interaction and reflection between teachers and students for the construction of the hegemony of the working class.

Keywords: State. Ideology. Educational Policies.

[1]Professora da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Doutora em Educação. sulyrose@gmail.com
[2] Professor do Instituto Federal do Maranhão – IFMA. Doutor em Políticas Públicas. alberico@ifma.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O ponto de partida dessa análise é o entendimento de que o Estado na sociedade capitalista não é uma entidade jurídica que apenas expressa de forma incontestável a forma correta de promover o direito – o Estado de direito. Essa visão de Estado como promotor da paz, da ordem, da justiça e, sobretudo, como garantidor da propriedade privada é uma definição formulada pela classe dominante, que nega a especificidade capitalista do Estado.

Concebido como um Estado neutro, de todos e acima de todos, omite-se que o Estado sempre esteve organicamente alinhando com o capital, por isso Estado capitalista, e que exerce um papel relevante no controle das “anomalias” sociais, que na ótica do Estado de direito nada tem a ver com as condições objetivas inerentes ao processo de produção capitalista, nem com a divisão da sociedade em classes antagônicas. Entretanto, o argumento que aqui será formulado e defendido postula exatamente o contrário: a razão de ser do Estado é o disciplinamento ideológico das relações de produção capitalista, face à divisão da sociedade em classes antagônicas.

A reprodução do capital é um processo perpassado por contradições e os recursos utilizados pelo Estado para garantir essa reprodução, num nível sempre crescente são os mais variados possíveis. Entretanto, este estudo focou no papel da ideologia como um recurso diferenciado na construção da consciência necessária e útil ao modo de produção capitalista.

Os questionamentos que trouxeram a ideologia como uma categoria de análise para esse estudo foram os seguintes: Como o Estado capitalista tem interferido nas disparidades resultantes da produção capitalista, tendo em vista que a classe trabalhadora de alguma forma sempre resistiu às atrocidades cometidas por seus patrões nas relações de produção? Como esse modo de produção tem conseguido assegurar a sua manutenção? A manutenção da produção capitalista está realmente assegurada, considerando o protagonismo dos trabalhadores?

A chave para debater esses questionamentos está no papel que a ideologia exerce na produção da vida material na sociedade capitalista. Está também na forma como as políticas educacionais, como eixo condutor da ideologia dominante, se materializam nos currículos e consequentemente nas práticas pedagógicas dos/as professores/as. Este é o caminho que essa investigação toma, a fim de contribuir com a ampliação do debate sobre a relação Estado, ideologia e políticas educacionais.

Dessa forma, para dar conta dessa missão, sem a pretensão de esgotar as nuances dessa problemática, esse texto incialmente analisa o Estado capitalista a partir das suas múltiplas determinações e da sua relação orgânica com o capital, considerando que sua natureza é econômica e política. Em seguida, abordam-se concepções de ideologias, relacionando-se esse arcabouço teórico com a função da educação na sociedade capitalista.

2. O ESTADO CAPITALISTA PARA ALÉM DA FORMALIDADE BURGUESA

A concepção de Estado aplicada nesta pesquisa rejeita a visão formalista burguesa e toma como base a noção de Estado como um ser social. Nesse sentido, para tratar da relação Estado, ideologia e políticas educacionais parte-se do pressuposto de que o protagonismo do Estado capitalista na sociedade é fruto de uma relação orgânica que este mantém com o capital. Daí faz-se necessário apresentar teoricamente esse Estado e mostrar a relação orgânica das suas decisões políticas e econômicas com o capital, ressaltando que qualquer abordagem que nega ou minimiza essa relação está omitindo a especificidade capitalista desse Estado.

Para configurar esse Estado capitalista apresenta-se inicialmente o conceito de Engels (1995) que ao tratar da origem da família, da propriedade privada e do Estado, define este último como:

> ...um produto da sociedade numa certa fase do seu conhecimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1995, p. 184).

O Estado em Engels é a alternativa para os antagonismos da sociedade, na mesma medida em que representa as próprias contradições que cria tais antagonismos, que são inconciliáveis em função da luta de classes e não termina com a presença do Estado, mas ao contrário se intensifica. A posição de Engels se distancia da noção burguesa de Estado que o delimita como uma instância administrativa, Estado de direito, cuja finalidade é agir sobre a base econômica e técnica da sociedade regulando-a para o bem de todos.

Se distanciando, igualmente da linha de pensamento formalista burguês, Farias (2000) define o Estado como “uma forma social que sofre variações temporais e espaciais. Não se trata de um valor universal, de um ideal abstrato, de uma forma fixa, irregular ou aleatória”. O referido autor ainda acrescenta que “o fenômeno estatal obedece a leis que trazem a marca da história, em articulação orgânica com as formas assumidas pelo ser social na produção, na reprodução e na crise do capitalismo” (FARIAS, 2000, p. 29-30).

Endossando essa última posição encontram-se Mathias e Salama (1983, p. 24), quando asseveram que “o Estado é deduzido – ou em outras palavras, derivado – do capital por duas razões é o garante da manutenção das relações de produção e participa de modo decisivo na própria instituição dessas relações”. A estrutura econômica (o capital) não pode prescindir do Estado sob pena de não ter a sua exequibilidade garantida.

O Estado não pode ser simplesmente considerado capital, mas também não é algo estranho, externo ao capital, que por sua vez necessita do Estado para operar sua reprodução; eis aí o elo orgânico entre essas duas categorias, “não se estabelece nenhuma hierarquia ou permuta de papel entre estas” (FARIAS, 2000, p.26).

Com estas indicações teóricas fica evidenciado que a verdadeira natureza do Estado capitalista está na divisão da sociedade em classes e nas relações que estas estabelecem no processo produtivo. Como diz Osorio (2014), “o mesmo processo que permite a reprodução material da sociedade gesta a reprodução de agrupamentos humanos próprios da forma capitalista de organização societária, ou seja, as classes, (...) e setores sociais” (OSORIO, 2014, p. 20). Com efeito, o Estado é a entidade, que ao estabelecer uma relação orgânica com o capital, coordena o processo de produção material na sociedade e de reprodução das classes nessa mesma sociedade.

A manutenção do processo de produção capitalista e da divisão da sociedade em classes não acontece fortuitamente. O Estado na sua relação orgânica com o capital tem a missão de garantir a reprodução desse fenômeno. E o faz passando aos mais desprotegidos socialmente um sentimento de segurança e garantias (FALEIROS, 1991). O Estado capitalista se apresenta para a classe trabalhadora como o Estado de uma comunidade, como o Estado de todos, mas na verdade trata-se de uma comunidade ilusória (OSORIO, 2014, p. 21). Dentre as estratégias desenvolvidas pelo Estado, é providencial para esse fim a elaboração e implementação de políticas públicas, principalmente aquelas de caráter redistributivo,

focadas nas necessidades sociais, políticas e econômicas da classe trabalhadora. A questão que se coloca aqui é a ocultação do caráter de classe do Estado. É a mistificação da realidade social através da ideologia como recurso de dominação de classe.

Nesse sentido, ainda corroborando com a ideia de um elo orgânico entre Estado e capital, o sociólogo Almerindo Janela Afonso (2000, p. 25) ao abordar a reforma do Estado e suas relações com as políticas educacionais afirma que "... as instituições nacionais, incluindo o próprio Estado, não se desenvolvem autonomamente, sendo antes modeladas no contexto supranacional pelo efeito de uma ideologia mundial (ocidental) dominante". Com esse posicionamento Afonso (2000) indica o papel dos aparelhos de Estado na disseminação e sustentação de uma ideologia dominante que, em tese, vai modelar, dar forma ao próprio Estado. A partir desse ponto esse estudo abordará a educação formal, como um veículo da ideologia dominante através das políticas educacionais e da escola, e sua importância no desenvolvimento e consolidação das instituições nacionais que trabalham em prol da reprodução do capital.

3. IDEOLOGIA, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A PRODUÇÃO E REPRODUÇÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Considerando o pressuposto do alinhamento do Estado com o capital e de que o Estado é o Estado da classe que domina econômica e politicamente, entende-se que para cumprir sua missão de garantir a reprodução do capital o Estado capitalista põe em curso várias ações no campo político, econômico e sócio cultural, onde a ideologia dominante está sempre sendo articulada no sentido de consensualizar o *modus operandi* capitalista. Dessa forma, por entender que a ideologia tem como função a construção das consciências e que essa construção acontece tanto nos espaços organizados pela classe trabalhadora como nos espaços formais organizados pelo Estado, é que a partir deste ponto tem-se como intenção fazer um percurso de análise sobre algumas concepções de ideologia, bem como, entender de que formas a ideologia vem sendo construída no espaço escolar.

O termo ideologia tem uma ampla polissemia. Fala-se em ideologia como impressões impróprias da realidade, assim como se aborda ideologia como conjunto de crenças orientadas para a ação. Para Marx e Engels (1977), que toma como núcleo

de análise a base material da sociedade, a ideologia é produto de um determinado modo de produção, de um determinado momento histórico, em uma dada sociedade. É entendida como um complexo de ideias sistematizadas que permeiam a consciência humana como uma realidade invertida apresentada pela classe dominante à classe dominada.

Embora a concepção de ideologia, enquanto falsa consciência tenha sido alargada e até mesmo contestada com o redimensionamento objetivo das lutas entre as classes, sua aplicação tem sido importante, sobretudo porque propicia verificar o processo de mistificação do real que favorece à classe dominante universalizar sua concepção de mundo. Para manter sua hegemonia, o capital se mobiliza a cada instante na busca da despolitização do mundo, esterilização dos conflitos sociais, ou seja, cria a ideia de um consenso ético, universal no qual todos estão incluídos.

A continuidade do debate sobre ideologia apontou novas concepções sobre essa temática. Dentre os autores que entraram nessa seara, este estudo começa apontando as contribuições elaboradas por Karl Mannheim (1972), que em sua análise sociológica tenta ordenar a confusão do termo em sua obra *Ideologia e utopia.* Para o autor, “ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias que se orientam para a estabilização, legitimação, ou reprodução da ordem estabelecia” (LOWY, 2008, p.12). O conceito de utopia é orientado pelo autor como aspiração de uma realidade ainda não existente, desse modo as utopias têm uma função de mudança da realidade e a ideologia no sentido mais restrito no debate do autor, toma a forma conservadora, como um ato especifico de engodo orientado pela classe dominante ao dominado. Essa concepção de ideologia elaborada por Karl Mannhein, parte da compreensão de que existe uma visão distorcida da realidade orientada pela classe dominante ao dominado com a intenção de criar uma ilusão de caráter conservador, capaz de estabelecer sua dominação.

Quando se parte para localizar a discussão sobre ideologia na passagem do século XIX para o século XX, encontram-se as análises do francês, Louis Althusser, que para centralizar sua concepção sobre o termo, parte do princípio do materialismo histórico quando diz que a existência da sociedade está diretamente relacionada ao consumo e que este só existe por que há produção. Portanto, para se realizar a produção há a necessidade da força de trabalho, no entanto, para a produção dessa força de trabalho existe uma contrapartida que o autor entende que é o salário, bem como a formação de competências para fazer valer essa força de trabalho. A formação

dessas capacidades intelectuais ou conhecimentos ocorrem no sistema escolar, esse sistema tem como aporte outras instituições, tais como, as igrejas e partidos políticos que seguem as orientações da classe dominante. Althusser (1970) na sua obra "aparelhos ideológicos do Estado" identificou dois tipos de aparelhos utilizados pela burguesia imperialista para garantir sua hegemonia – são os aparelhos repressivos e os ideológicos. Nesta obra, o referido autor mostra como a educação oferecida pelo Estado capitalista se constitui em um canal de manipulação e de arrefecimento das lutas sociais decorrentes, das desigualdades sociais geradas pela sociedade capitalista.

> Ora, é através da aprendizagem de alguns saberes práticos (*savoir-faire*) envolvidos na inculcação massiva da ideologia da classe dominante que são em grande parte reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, isto é, as relações de explorados com exploradores e de exploradores com explorados. Os mecanismos que reproduzem este resultado vital para o regime capitalista são naturalmente envolvidos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente reinante, visto que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante (ALTHUSSER, 1970, 66-67).

As políticas educacionais implementadas pelo Estado capitalista visam contribuir para administrar e até mesmo dissimular os conflitos decorrentes da contradição entre capital e trabalho. As políticas educacionais, como canal de reprodução da ideologia dominante no Estado capitalista, estão subordinadas aos interesses da acumulação e reprodução do capital. Assim, o Estado concebe e implementa a política educacional no conjunto de suas ações a fim de garantir a direção e o controle social. Portanto, o currículo oficializado na escola pública, os programas e ações oferecidos pelos governos que abrangem a Educação Básica, o Ensino Superior e as Modalidades, bem como, as políticas públicas para a educação em geral cumprem uma função importante no processo de reprodução do capital.

O Estado brasileiro caracterizado como o "Estado de direitos" pela ideologia dominante dissemina a ideia que oferece uma educação pública de qualidade, mas o que está oculto é de fato que essas políticas não atingem os interesses da classe trabalhadora, pois há uma distribuição desigual do saber que reafirma as desigualdades sociais inerentes a sociedade capitalista. Em tese, o Estado promove ações no campo das políticas públicas, no caso a educação, voltadas para seus interesses estratégicos utilizando sua estrutura econômica e política na qual exerce o poder hegemônico.

Além da ideologia capitalista veicular a ideia de que a educação escolar é universalizada e que só não estuda quem não quer, coloca o trabalhador como o único responsável pelo seu não acesso à educação formal. Nesse sentido, essa perspectiva ideológica articula um modelo de formação escolar que cumpre um papel importante para o nivelamento das desigualdades, e que se coloca como um meio que a classe trabalhadora tem para desfrutar da concepção burguesa de meritocrática.

Para o pensamento marxiano, o não acesso ao saber é fundamental para a manutenção das desigualdades, porque quanto menos acesso ao saber, mais a sociedade capitalista se mantem na hegemonia.

No processo de modelagem do Estado capitalista é impossível negar a contribuição da educação, especificamente a educação formal materializada na instituição escolar, como um canal de veiculação da ideologia dominante. Como diz Tragtenberg (1976 *apud* ROSSI, 1980, p. 83) “A escola não cria a divisão da sociedade em classes, mas contribui para essa divisão e reprodução ampliada”. Há de se considerar que embora a escola brasileira exerça a função de disseminação e sustentação da ideologia capitalista, essa escola é também um espaço de contradições, pois na mediada em que dá acesso ao saber hegemônico, possibilita espaços de convivências e reflexões entre professores e alunos, momento em que pode ser construída outra hegemonia, ou seja, a hegemonia da classe trabalhadora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a articulação entre Estado, ideologia e políticas educacionais traz elementos diversos e polêmicos que necessitam entrar nos debates que tratam das diversas modalidades da educação formal. Longe de parecer uma simples configuração da escola como espaço de reprodução da ideologia dominante, esta análise trata a escola como um espaço de disputa e de luta das classes. E dessa forma, tem a finalidade de questionar a missão social e “humanizadora” que teria a escola, defendida por um número grande de bem intencionados educadores, mas que se torna uma suposição bastante frágil quando analisada a partir de uma perspectiva de totalidade histórico crítica da sociedade capitalista.

O destaque dado à relação orgânica que o Estado estabelece com o capital nesse modelo social foi importante para se avançar na análise de determinadas questões que se constituem como premissas falsas da produção teórica sobre a

educação, que vislumbram apenas o “espaço intramuros” escolar e as questões didáticas pedagógicas.

A dominação ideológica operacionalizada pela trilogia Estado, capital e políticas educacionais forja um clima potencialmente harmônico, cuja finalidade é combater riscos para a lógica capitalista, para seu processo de manutenção e reprodução das desigualdades sociais. É no enfrentamento dessa questão que o alerta de Marx (2006, p. 127), sobre a contestação de uma educação oferecida pelo Estado, continua atual e inspirador: “É preciso rejeitar peremptoriamente uma ‘educação popular a cargo do Estado’[...] É preciso antes banir toda a influência sobre a escola, tanto de parte do governo quanto da Igreja”. Avançar, portanto, no sentido da crítica à educação formal e agir sobre suas contradições exige resgatar esses elementos teóricos que aqui foram apenas indicados.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. Janela. **Reforma do Estado e Políticas Educacionais: alguns tópicos para discussão***.* Anuário GT Estado e Política Educacional: políticas, gestão e financiamento da educação. 23ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu: set. 2000, p. 15-36.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença, 1970.

ENGLES, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado***.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

FARIAS, Flávio. **O Estado capitalista contemporâneo***:* para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000.

FALEIROS, V. de P. **O que é Política Social.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciências sociais**: elementos para uma análise marxista. -18ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, Brasil: Livraria Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista***.* Porto Alegre: L&PM, 2006.

MATHIAS, Gilberto, SALAMA, Pierre. **O Estado superdesenvolvido:** ensaios sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: outras expressões, primeira edição – 2014.

ROSSI, Wagner G. **Capitalismo e educação***:* contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. 2. Ed. São Paulo: Moraes, 1980.